

## AMAZÔNIA NA ENCRUZILHADA: FRONTEIRA DE RECURSOS OU CAPITAL NATURAL: QUE CAMINHO SEGUIR?

### THE AMAZON AT A CROSSROADS: RESOURCE FRONTIER OR NATURAL CAPITAL: WHICH WAY TO GO?

### LA AMAZONIA EN LA ENCRUCIJADA: FRONTERA DE RECURSOS O CAPITAL NATURAL: ¿QUÉ CAMINO TOMAR?

**Benedito Ely Valente da Cruz**  
UEPA Belem, Brasil  
Doutor  
[bvalente7@uepa.br](mailto:bvalente7@uepa.br)

**Andréia dos Santos Lira**  
Mestranda em Geografia UEPA  
[iraandrea942@gmail.com](mailto:iraandrea942@gmail.com)

#### RESUMO

Desde o Período Colonial, a Amazônia foi ocupada, sob o signo da geopolítica, como provedora de matéria-prima; primeiro para o mundo e, depois, para o Brasil, mas a região adentra no século XXI como uma incógnita, quanto ao seu futuro. A condição de incógnita do *heartland*, como definida por Becker (2004), decorre da inércia dos processos econômicos e políticos que a colocam como periferia do mundo e como economia de fronteira. O texto problematiza o fato de que a Amazônia como fronteira de capital natural é incompatível com a visão da região como fronteira de recurso. Quanto aos procedimentos metodológicos, a análise se fundamentou em revisões bibliográfica e documental e em pesquisa de campo. A situação atual aponta o recrudescimento da fronteira e a inserção da região na produção de *commodities* agrícolas, como vem ocorrendo no estado do Pará. Como desafio, a pesquisa aponta a necessidade de suas riquezas serem vistas, em termos ambientais, econômicos, de conhecimentos e de culturas, dentro e fora das florestas. Para tanto, as coletividades locais precisam ser vistas como protagonistas de seus processos de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** território; *commodities*; desenvolvimento; coletividades.

#### ABSTRACT

Since the colonial period, the Amazon has been occupied, under the sign of geopolitics, as a supplier of raw materials, first for the world and then for Brazil, but the region enters the 21st century with its future unknown. The heartland's unknown status, as defined by Becker (2004), stems from the inertia of the economic and political processes that place it on the periphery of the world and as an economic frontier. The text problematizes the fact that the Amazon as a natural capital frontier is incompatible with the view of the region as a resource frontier. As for the methodological procedures, the analysis was based on bibliographical and documentary reviews and field research. The current situation points to the resurgence of the frontier and the insertion of the region into the production of agricultural commodities, as has been happening in the state of Pará. As a challenge, the research points to the need for its riches to

be seen in environmental, economic, knowledge and cultural terms, both inside and outside the forests. To this end, local communities need to be seen as the protagonists of their development processes.

**Keywords:** territory; commodities; development; collectivities.

## RESUMEN

Desde el periodo colonial, la Amazonia ha estado ocupada bajo el signo de la geopolítica como proveedora de materias primas, primero para el mundo y después para Brasil, pero la región entra en el siglo XXI como una incógnita en cuanto a su futuro. La condición de incógnita del *heartland*, como la define Becker (2004), proviene de la inercia de los procesos económicos y políticos que la sitúan en la periferia del mundo y como economía de frontera. El texto problematiza el hecho de que la Amazonia como frontera de capital natural es incompatible con la visión de la región como frontera de recursos. En cuanto a los procedimientos metodológicos, el análisis se basó en revisiones bibliográficas y documentales y en investigaciones de campo. La situación actual apunta al resurgimiento de la frontera y a la inserción de la región en la producción de *commodities* agrícolas, como viene ocurriendo en el estado de Pará. Como desafío, la investigación apunta la necesidad de que sus riquezas sean vistas en términos ambientales, económicos, de conocimiento y culturales, tanto dentro como fuera de las florestas. Para ello, es necesario que las comunidades locales sean consideradas protagonistas de sus procesos de desarrollo.

**Palabras clave:** territorio; *commodities*; desarrollo; colectividades.

## Introdução

Chegamos ao primeiro quarto do século XXI e a questão climática se tornou uma emergência mundial, com seus efeitos deletérios para todas as formas de vida no planeta Terra. Essa realidade coloca as Amazônia brasileira e internacional<sup>1</sup> em uma posição estratégica, tanto por seu papel como reguladora do clima quanto por ser uma das fontes de aumento da temperatura do planeta<sup>2</sup>. Por traz deste problema-dilema se encontram o desmatamento e o modelo de desenvolvimento há muito tempo implantado na região, transformando-a em espaço periférico e provedor de matéria-prima nas escalas nacional e internacional; geração de riqueza monopolizada, desmatamento, pobreza, exclusão social, negação de direitos, conflitos e morte são legados perversos deste processo.

---

<sup>1</sup> A Pan-Amazônia tem uma área estimada em 7,8 milhões de km<sup>2</sup>, da qual o Brasil detém 64%. A Amazônia Legal tem uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, que corresponde a 60% do território brasileiro, e engloba a totalidade dos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins e parte do estado do Maranhão. Apesar de sua grande extensão territorial, a região tem, segundo o IBGE (2022), apenas 27,8 milhões de habitantes, ou seja, 13,7% da população nacional. Disponível em: <<https://amazonialegalemdados.info/home/home.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal>>. Acesso em: 28 set. 2024.

<sup>2</sup> Segundo estudos do MapBiomias, mais de 31 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> foram lançadas na atmosfera, pelo desmatamento na Amazônia Legal. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/11/18/brasil-foi-responsavel-por-70-das-emissoes-de-co2-por-desmatamento-na-pan-amazonia-nos-ultimos-35-anos/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

A realização da Conferência Mundial do Clima na Amazônia (Conferência das Partes (COP 30)), em 2025, “jogará luz” sobre estes problemas? Esperamos que sim, pois a região não pode mais continuar apenas nas condições de provedora de matérias-primas e de fronteira de recursos das economias nacional e internacional. Urgem as necessidades de potencializar e de valorizar outras formas de uso e ocupação dos variados ambientes amazônicos; é preciso valorizar o conhecimento, a cultura e a natureza humanizada amazônica, configurando uma nova economia e uma nova forma de relação entre a apropriação e o uso dos recursos presentes na região; uma relação ancorada em ativos territoriais, sem esquecer os limites e os riscos do desenvolvimento, sob o capitalismo. Essa é a proposta deste texto.

A Amazônia, como fronteira do capital natural, é incompatível com a ideia de fronteira de recursos. Até quando este modelo de ocupação-desenvolvimento, fundado no uso da terra para fins de exploração mineral, de pecuária, de produção de grãos, etc., predominará? Quando a valorização da floresta, com toda a sua riqueza, em termos de natureza humanizada, será uma prioridade pública nacional-internacional? O desafio posto é o de que suas riquezas sejam vistas, em termos ambientais, econômicos, de conhecimentos e de culturas, dentro e fora das florestas. Para tanto, as coletividades locais precisam ser vistas como protagonistas de seus processos de desenvolvimento.

Essa condição de protagonismo é cheia de desafios, altos e baixos, e as políticas públicas poderão e deverão exercer um papel fundamental para o seu êxito. Essa é a conclusão do estudo de Costa *et al.* (2021) para 30 produtos da sociobiodiversidade paraense. Podemos citar, também, experiências de proteção e de valorização de produtos, que contam a história de um conjunto de lugares no estado do Pará, como nos casos do estabelecimento das indicações de procedência do cacau de Tomé-Açu, do queijo de Marajó e da farinha de Bragança (DA CRUZ, 2021). Definitivamente, a Amazônia vista como fronteira de recursos, ou seja, como área de expansão de povoamento e de exploração de recursos naturais (BECKER, 1990; 2004), não parece ser o melhor caminho para enfrentar as emergências climáticas globais; muito menos para tirar da pobreza os milhões de amazônidas que vivem nas periferias das grandes cidades e nos rincões de sua floresta.

### **Amazônia: legados e persistência de uma economia de fronteira**

Ocupada sob o signo da geopolítica e vista como provedora de matérias-primas, desde o Período Colonial, tanto para o mundo quanto para o Brasil, a região amazônica adentra no século XXI em uma incógnita, quanto ao seu futuro. A condição de incógnita do *heartland*, como definida por Becker (2004), decorre das inércias dos processos econômicos e políticos, que colocam a região como periferia do mundo e como economia de fronteira. Nesse paradigma socioprodutivo, “[...] o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos” (BECKER, 1997 *apud* BECKER, 2004, p. 24; BOULDING, 1996).

A emergência das questões ambientais e a revolução tecno-científica (re)colocaram a região como estratégica na realização do capital natural e no enfretamento às emergências climáticas globais (BECKER, 2004). Nesse sentido, entende-se, como capital natural:

[...] a natureza como fonte de informação para a biotecnologia, apoiada na decodificação, leitura, e instrumentalização da biodiversidade (...). Em outras palavras, a natureza é valorizada como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para ciência contemporânea (BECKER, 2001 *apud* BECKER, 2004, p. 34-35).

O futuro da região perpassa e se entrelaça a estas duas lógicas: fronteira de recursos versus fronteira de capital natural: uma, responde aos processos do tempo passado-presente da região; a outra, pelo tempo presente-futuro. São duas lógicas antagônicas, expressas em dois grandes vetores (tecnointustrial e tecnoecológico) e formas de apropriação e uso de recursos naturais, e impactam as populações amazônicas de formas diferenciadas. A fronteira de recursos tem sido devastadora para o homem amazônico e para o seu ambiente, enquanto a fronteira de capital, ainda que carregue ameaças, está mais enredada às formas de trabalhar e de viver dos amazônicos, sendo uma grande aposta para o presente e para o futuro da região.

Em torno destes vetores se organizam concepções técnicas, políticas, econômicas, científicas, que moldam processos sociais. Nos últimos anos, com o aumento da demanda por *commodities* no mercado mundial, houve o recrudescimento das frentes de ocupação em áreas novas e antigas da região, havendo substituição de atividades menos intensivas em capital, retroalimentando frentes de ocupação extensivas de novos espaços, bem como migrações para áreas urbanas. A expressão espacial deste processo se expressa na paisagem, por meio dos monocultivos de grãos, do desmatamento, dos conflitos, etc.

Nos últimos 70 anos, essas foram as concepções teórica, política e econômica que nortearam o (des)envolvimento da região. Se, do ponto de vista geopolítico, o Estado português-

brasileiro obteve êxito, dos pontos de vista econômico, social e ambiental, esse êxito é questionável, pois os amazônidas estão mais para vítimas<sup>3</sup> deste processo do que para beneficiários. Atualmente, mais de 70% da população da região vive em áreas urbanas pessimamente assistidas por serviços públicos, que são ainda piores nas áreas rurais. Esse é o contexto, em que a região é chamada para “salvar” o planeta: precisa-se dela para mitigar os impactos do aquecimento global. Todavia, essa nobre missão está ameaçada pela sua função histórica de provedora de matérias-primas (minérios, madeira, grãos, proteína animal, etc.) nas escalas nacional e internacional. Uma das razões para isto é a atuação do próprio Estado brasileiro, que (in)diretamente estimula esta expansão, por meio de créditos, de incentivos e de investimentos em infraestruturas territoriais (estradas, portos, ferrovias, plantações, indústrias, etc.), sem os quais o capital produtivo (i)legal não teria como se expandir e como gerar a desordem socioespacial da região, colocando-a em eternas condições de instabilidade, de conflito e de ameaça, constituindo sua condição de fronteira, ou seja, de espaço sob disputa e sem uma ordem social devidamente instalada.

Essa dupla condição-desafio coloca a região em uma “encruzilhada civilizatória” (PORTO-GONÇALVES, 2017): “[...] salvar o planeta e salvar a si mesma”. Os processos políticos, econômicos e científicos contemporâneos não indicam mudanças no modelo de (des)envolvimento implantado na região; pelo contrário<sup>4</sup>, esse está ganhando mais força e ameaçando todo o meio geográfico amazônico e, dessa forma, a capacidade do bioma de mitigar os efeitos do aquecimento global, sem falar na perda de riquezas ainda não inventariadas.

É preciso reconhecer o legado perverso das concepções de economia de fronteira e de fronteira de recursos para as vidas dos milhões de amazônidas. No decorrer dos séculos, esses foram invisibilizados e expulsos de suas terras e de seus territórios, processos que continuam e que tendem a se acentuar, com a continuidade e prevalência da compreensão econômica da região como fronteira de recursos, sendo, suas faces contemporâneas, os grãos cultivados e os

---

<sup>3</sup> O percentual de pobres da Amazônia Legal foi de 39%, em 2023, próximo ao da Região Nordeste e bem superior ao do restante do país. Em relação ao saneamento, apenas um em cada quatro domicílios contava com acesso a saneamento básico adequado, em 2022, índice bem inferior ao do resto do país, principalmente a Região Sudeste, com média de 90%. Disponível em: <[https://amazonialegalemDados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Saneamento\\_23&indicador=TX\\_PNAD\\_DOM\\_SANEAMENTO\\_UF\\_23&primeiro](https://amazonialegalemDados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Saneamento_23&indicador=TX_PNAD_DOM_SANEAMENTO_UF_23&primeiro)>. Acesso em: 30 set. 2024.

<sup>4</sup> Matéria do jornal Folha de São Paulo aponta que transição energética irá acelerar a mineração no estado do Pará, em função do índice de pureza do ferro das minas de Carajás. Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/transicao-energetica-impulsiona-mineracao-no-para-e-a-m-e-a-c-a-h-e-g-e-m-o-n-i-a-d-e-minas.shtml?utm\\_source=sharenativo&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=sharenativo](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/transicao-energetica-impulsiona-mineracao-no-para-e-a-m-e-a-c-a-h-e-g-e-m-o-n-i-a-d-e-minas.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo)>. Acesso em: 24 set. 2024.

corredores logísticos implantados, em implantação e planejados para a região<sup>5</sup> (BARROS, 2024), a exemplo do corredor logístico Arco Norte.

Atualmente, 43% da produção de grãos já passa por este caminho logístico, com projeção de aumento de 50% neste volume, nos próximos cinco anos<sup>6</sup>. A implantação de infraestruturas territoriais deste porte reordena espaços no entorno de portos, rios, florestas e áreas urbanas, levando a desterritorializações e a problemas ambientais os mais diversos. Além destes impactos diretos, essas infraestruturas tecno-políticas ajudam na expansão da cultura de grãos em toda a Amazônia, que tem tido um crescimento vertiginoso nas últimas duas décadas, como pode ser observado no gráfico da Figura 1.

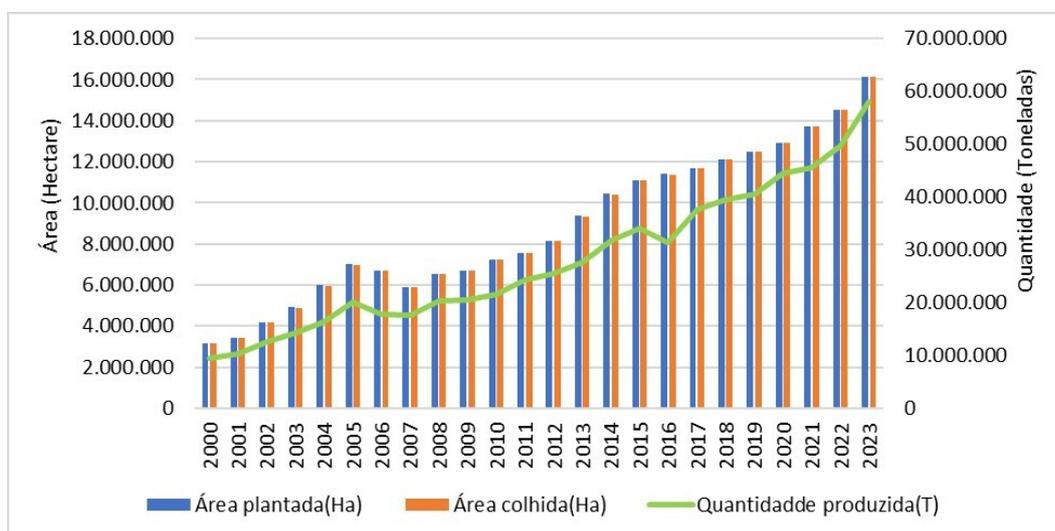


Figura 1 – Gráfico da evolução da produção de soja na Amazônia Legal de 2000 a 2023  
Fonte: IBGE (2024)

Entre 2000 e 2023, a área plantada saiu de três milhões de hectare para mais de 16 milhões, um crescimento de 410,71%. Já a produção saiu de 9,4 milhões para cerca de 58 milhões de toneladas, representando um crescimento de 516,13%, com destaque para o estado do Mato Grosso. Essa é uma tendência que tem se espreado para todos os estados da Amazônia Legal, e não tem sido diferente no estado do Pará. Em 2000, o estado tinha apenas dois mil

<sup>5</sup> Pesquisas de Luciano (2019), de Terra de Direitos (2018), de Rodrigues (2017) e de Aguiar (2017) indicam que, entre os municípios de Itaituba e de Santarém, o rio Tapajós terá 34 portos, 20 a 26 dos quais têm instalação planejada para a próxima década (Barros, 2024).

<sup>6</sup> Informações prestadas pelo presidente da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport). Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-infra/infraestrutura/arco-norte-sera-o-protagonista-da-exportacao-em-5-anos-diz-entidade/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

hectares de área plantada, passando para mais de um milhão de hectares, em 2023 — um crescimento de 45.282% (Figura 2).

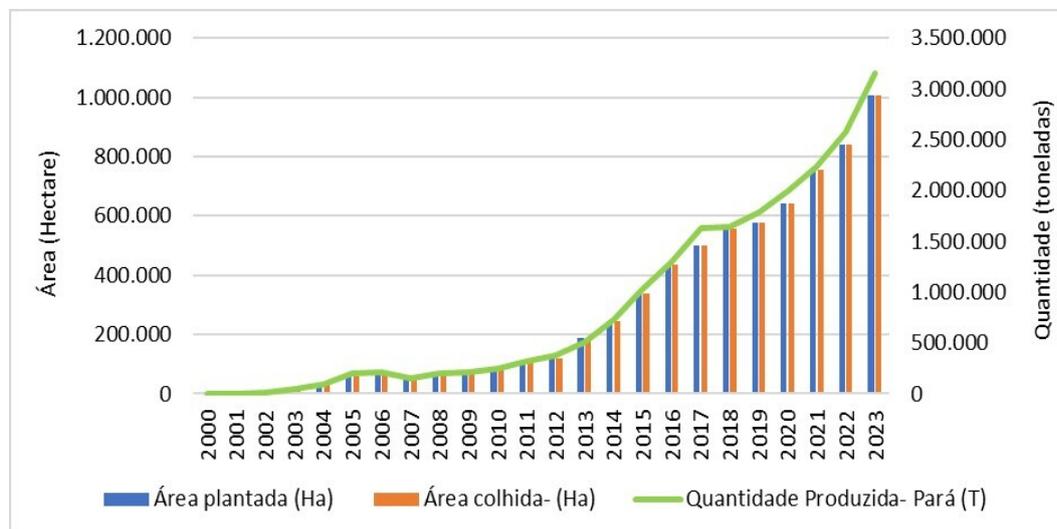


Figura 2 – Gráfico da evolução da produção de soja no Pará de 2000 a 2023  
Fonte: IBGE (2024)

Quanto à produção, essa já ultrapassou três milhões de toneladas e está presente em 34 municípios do estado, tendo um crescimento de 121.310% e contribuindo com 56,2% dos 13,3 bilhões de reais gerados pela lavoura temporária e com 64,2% do volume exportado pelo estado (FAPESPA, 2024)<sup>7</sup>. A expansão destas novas ordens geopolítica e produtiva tende a retroalimentar processos conflituosos já vivenciados por populações locais, a exemplo do que ocorreu no Planalto Santareno, no oeste do Pará (BARROS *et al.*, 2020). O recrudescimento da fronteira e a expansão de novas frentes chegou, agora, aos municípios dos eixos da PA-150 e da PA-151, na Mesorregião Nordeste do Pará, área mais densamente ocupada do estado, como pode ser visto nos municípios de Tailândia e de Breu Branco (figuras 3-4).

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.fapespa.pa.gov.br/2024/02/09/estudo-da-fapespa-mostra-producao-vegetal-paraense-acima-da-media-nacional/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

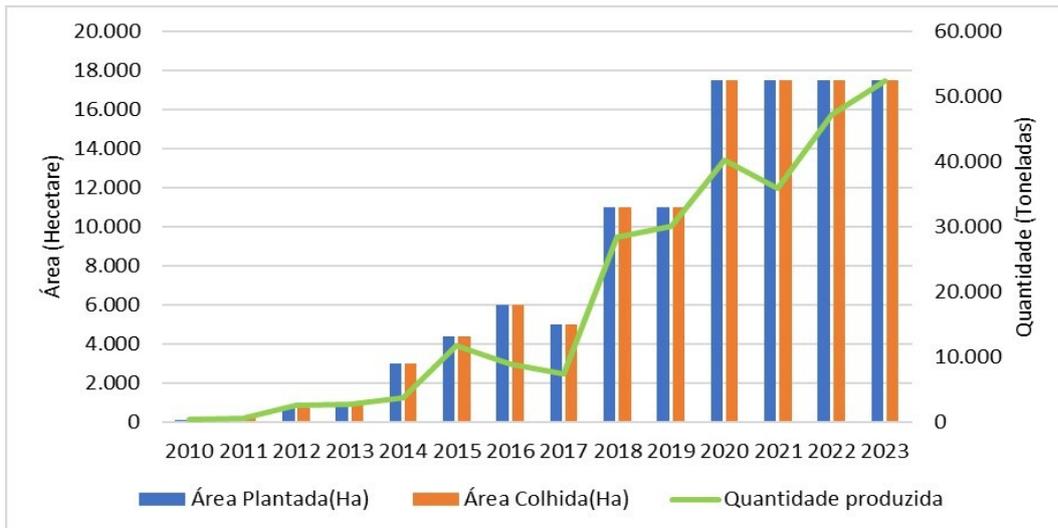


Figura 3 – Gráfico da evolução da produção de soja no município de Tailândia (eixo da PA-150) de 2000 a 2023  
Fonte: IBGE (2024)



Figura 4 – Silos de armazenagem de soja no município de Breu Branco, na PA-151  
Fonte: Lira (2024)

Essa nova frente de expansão de soja é recente, principalmente na região do entorno da PA-151, não estando devidamente registrada pelas estatísticas oficiais, mas constatamos a preparação de campos e o cultivo de soja no município de Tailândia (no eixo da PA-150) em

pesquisas de campo, bem como processos rápidos de compra e de desmatamento de terras no entorno da PA-151, trazendo graves problemas ambientais e desterritorializações a produtores familiares da área.

Os dados apresentados revelam que a ocupação da Amazônia, impulsionada pela lógica da fronteira de recursos, encontra-se em pleno processo, mesmo em áreas de ocupação consolidadas, como nos casos da PA-150 e da PA-151, impulsionadas sobretudo por investimentos privados e estatais<sup>8</sup>. O recrudescimento da fronteira é fortemente marcado pelo contexto da economia globalizada, em que as demandas internacionais têm papel importante nos ordenamentos territoriais da Amazônia. Isso confirma a hipótese de Becker (2004, p. 161-162), quanto ao papel de “[...] válvula reguladora de escape da fronteira amazônica [...] para investimentos de atores capitalizados, ora se expandindo, ora permanecendo estável, dependendo da conjuntura nacional/global”.

Diante destes fatos, questiona-se: como zerar o desmatamento? Como “salvar” o planeta? Como inserir os amazônidas numa civilização verdadeiramente humana, em que seus territórios estejam protegidos da sanha acumulativa do capital? Essa situação geográfica confirma a perspectiva de Porto-Gonçalves (2017), quanto à condição de encruzilhada civilizatória, e reforça a tese da incógnita *heartland* levantada por Becker (2004). Então, qual é o caminho a seguir? Certamente, uma região da dimensão da Amazônia comporta várias possibilidades, mas nossa proposta, nesse texto, encaminha-se na direção de uma economia da natureza, fundada no conhecimento e no saber fazer do homem amazônico.

### **Amazônia: a mudança de paradigma passa pelo reconhecimento e pela valorização do saber fazer dos territórios**

A vinda da COP 30 para a Amazônia (Belém) realça o significado da região como centro do mundo, frente às urgências climáticas globais. Outrora “pulmão do mundo”, o Bioma Amazônico tem papel importante no equilíbrio climático global, pois sua floresta latifoliada atua como reguladora climática, emitindo e retendo dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), além de colocar trilhões de litros de água na atmosfera<sup>9</sup>. Somado a isto, sabe-se que este bioma é diverso em biodiversidade, em povos, etc., riqueza que está ameaçada, na medida em que a Amazônia sofre

---

<sup>8</sup> O asfaltamento de 137 km da PA-151 viabilizará a integração à PA-150 e facilitará o acesso ao sistema portuário de Barcarena, sendo um importante corredor de escoamento e uma área relevante de produção de grãos. Disponível em: <<https://seinfra.pa.gov.br/site/licitacao/274>>. Acesso em: 01 out. 2024.

<sup>9</sup> A cada 24 horas, a maior floresta tropical do planeta lança 20 trilhões de litros de água na atmosfera. Disponível: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/opinion/1573820553\\_621324.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/opinion/1573820553_621324.html)>. Acesso em: 17 set. 2024.

grande pressão de atividades econômicas, que demandam deflorestamento, poluição de seus rios e desterritorialização de seus povos. Essa é uma questão que está colocada e que também assenta a Amazônia no centro do mundo, quanto ao seu futuro e ao da humanidade.

A questão climática não é particular do Brasil ou da Amazônia: é mundial. A Amazônia, por abrigar a maior floresta tropical do mundo, passa a ter um papel realmente estratégico, mas o enfrentamento às questões que se desenrolam em seu território, caras à região e ao Brasil, não passa apenas pela atuação do Estado brasileiro, que é determinante, mas envolve responsabilidades de outros países.

Os amazônidas são vítimas diretas e indiretas destes problemas, assim como são parte da solução. Se cerca de 75% do bioma ainda se encontra preservado<sup>10</sup>, isso está relacionado ao conjunto das populações locais (tradicionalistas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, etc.), que têm sua principal fonte de reprodução social no uso da floresta. Então, ao mesmo tempo que as populações têm sido expulsas de seus territórios e têm negadas as oportunidades de viver com dignidade, é por meio do seu modo de vida, da forma como lidam com a natureza, que podemos encontrar o caminho para reverter tal quadro.

A dimensão, a posição e os serviços prestados ao planeta colocam a Amazônia no centro do mundo, pois sua área corresponde a 1/20 da superfície terrestre e a dois quintos da América do Sul, detém em torno de um quinto da disponibilidade de água doce do planeta (17%) e abriga um terço das florestas latifoliadas mundiais, embora sedeie somente 3,5 milésimos da população planetária (BECKER, 2004). Dito de outra forma, a superfície, a disponibilidade de água e o tamanho da floresta são exemplos da dimensão que a Amazônia tem para o mundo, além da sua megadiversidade, a qual a coloca nas lógicas de uma nova fronteira, fundada no uso sustentável do seu meio geográfico, e em uma nova economia, ancorado em ativos territoriais locais.

Essa nova economia, a economia do conhecimento da natureza (ABRAMOVAY, 2019; BECKER, 2008), passa pela ativação de recursos territoriais, resultante do encontro entre saberes tradicionais e técnico-científico-informacionais, que poderá mudar e/ou equilibrar a condição da região, de mera exportadora de *commodities*.

Os desafios são imensos, não se resumindo à preservação da floresta, que, do ponto de vista normativo, já está protegida; acima de tudo, deve-se levar dignidade aos amazônidas deste espaço. Segundo o Índice de Progresso Social (IPS) (SANTOS *et al.*, 2023), a média de

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-2021/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

desenvolvimento da Amazônia é de 54,32, muito aquém da média brasileira, de 67,94. Eis um grande problema: a questão da pobreza. Das 38 milhões de pessoas que vivem na região, a maior parte enfrenta sérios problemas no abastecimento de água, no acesso à educação, na garantia de direitos, no acesso à renda, etc.

Dos 772 municípios da Amazônia Legal, 743 tem IPS abaixo da média nacional, o que tem relação (in)direta com o desmatamento: quanto menor é o IPS, maiores são as taxas de desmatamento, assim 89 dos municípios com maiores índices de desmatamento possuem IPS médio de 50,12 e 20, de 52,30, enquanto as menores taxas de desmatamento estão justamente nos 29 municípios com o melhor IPS médio (de 61,80), localizados nos estados do Mato Grosso e de Rondônia, cujas fronteiras agrícolas se encontram em fases mais consolidadas e cujas economias são mais diversificadas.

Como chegamos a esta realidade? A Amazônia está numa encruzilhada civilizatória, herdada de uma economia de fronteira instalada na região há muito tempo, mas é a partir da segunda metade do século XX e do início do século XXI que esta concepção-modelo se intensifica. A base dela inclui as explorações mineral e madeireira e as culturas pecuária e de grãos, ocupando papéis de destaque no Produto Interno Bruto da região (PIB)<sup>11</sup>.

Esse modelo de desenvolvimento é concentrador de riquezas e produz um efeito deletério para a região, marcada por pobreza e por desigualdade, como bem documentado em pesquisas e ilustrado por indicadores, como o IPS. Já o modelo endógeno, baseado em produtos da sociobiodiversidade, passou a ter relevância, a partir da década de 1990, com a emergência da agenda ambiental, mas perdeu força no início dos anos 2000, e a COP 30 o (re)coloca no centro do debate, agora no contexto das emergências climáticas globais, sendo este um dado novo, além de uma grande oportunidade para a região e — por que não dizer? — para o mundo.

Um estudo recente com 30 produtos da Bioeconomia<sup>12</sup> paraense identificou que dez destes produtos tiveram um faturamento de cinco bilhões e quatrocentos milhões de reais, em 2019. O interessante destes números, e da pesquisa, é que este faturamento é equivalente ao PIB da pecuária, tida como uma das atividades mais importantes da região, que de longe ocupa mais área (cerca de 709.694 km<sup>2</sup>). No estudo, foram priorizada a análise das cadeias de valor

---

<sup>11</sup> O setor de minérios movimentou 18,1 bilhões de dólares em exportação, em 2020, enquanto a agricultura movimentou 84,3 bilhões de reais, em 2019, com destaque para a soja, com volume de negócios de 41,7 bilhões de reais. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-2021/>>. Acesso em: 05 out. 2024.

<sup>12</sup> O conceito de Bioeconomia é o bioecológico, com foco na valorização de processos ecológicos, que otimizem os usos de energias e de nutrientes, com base em biodiversidade, em contraponto à monocultura e à degradação do solo (BUGGE *et al.* apud COSTA, 2021).

do açaí, do cacau, da castanha, do palmito, da borracha, do cupuaçu, do cumaru, do tucumã, do óleo de castanha e do murumuru. Desses produtos, o açaí e o cacau têm potenciais de crescimento e têm relevo para promover mudanças sociais relevantes, pois o estudo aponta que, com políticas públicas adequadas, esses itens da Bioeconomia paraense poderiam alcançar 170 bilhões de reais em volume de mercado, em 2040. Os estudos do projeto AMZ2030<sup>13</sup> vão na mesma direção, apontando a existência de 64 produtos exportados da Amazônia “compatíveis com a floresta”, contudo estes produtos faturaram apenas 298 milhões de dólares em 2019, correspondendo a 0,17% dos US\$ 176,6 bilhões movimentados neste mercado, no mundo.

### **Considerações finais: alguns caminhos a seguir**

Os processos em curso na Amazonia indicam que a concepção de fronteira de recursos tem ganhado cada vez mais força, frente a percepção de fronteira de capital natural. O vetor tecnoindustrial é a expressão tecno-política-prática desta realidade, mantendo a região como periferia da economia-mundo e como provedora de matérias-primas de baixo valor agregado. As variáveis novas são a questão climática e a (re)valorização do capital natural, redimensionando o papel e a importância da Amazônia no início de século XXI. Isso poderá equilibrar a balança, em favor da concepção da Amazônia como fronteira do capital natural e da economia do conhecimento, abrindo caminho para a valorização do saber fazer emanado dos conhecimentos dos rios, das florestas, do ar e da terra, etc.

Isso pode apontar um caminho alternativo? Acreditamos que sim, pois a bandeira da Bioeconomia, oriunda da sociobiodiversidade, tem elementos robustos, como aponta o estudo de Costa *et al.* (2021), contudo, é preciso mudanças de paradigma e de corresponsabilidade, em relação ao futuro da Amazônia, as quais passam pelo estabelecimento da condição de protagonismo dos amazônidas e pela construção de um modelo de desenvolvimento horizontal que emerja dos seus territórios, para isto as ações e as políticas públicas do Estado precisam ser revistas e reformuladas, bem como necessitam de controle social.

É mandatório que o conceito de riqueza seja visto para além do PIB, que é importante, mas insuficiente, para gerar emancipação social. Existe uma riqueza mais sutil e mais duradoura, expressa em termos culturais e em termos de potencialidade econômica, dentro e

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/oportunidades-para-exportacao-de-produtos-compativeis-com-a-floresta-na-amazonia-brasileira/>>. Acesso em: 05 out. 2024.

fora das florestas, porque não há como alavancar o desenvolvimento da região, sem considerar seus centros urbanos (BECKER, 2013).

Entre os desafios desta economia nascente, encontra-se:

- O aumento da escala de produção e a estruturação da rede de comercialização dos produtos locais - Essas são questões extremamente importantes, porque qualquer mercado demanda uma escala, uma permanência e uma rede de comercialização mínimas. A Amazônia tem sérios problemas de estruturação e de escoamento de produção, pelos quais os produtores ficam reféns de uma estrutura comercial herdada do Período Colonial, que congrega atravessadores e uma economia fundada em produtos extrativos, de baixo valor agregado;
- A agregação de valor aos produtos na própria região - Não basta produzir e vender os produtos nas suas formas *in natura*, pois isto não agrega renda às comunidades; é preciso transformá-lo, incorporando conhecimentos e tecnologias locais a ele, para que disponha de um maior valor agregado, ou seja, é necessário o desenvolvimento de uma cadeia de produção, que gere um incremento mais espraído nestes territórios, o que poderá aumentar a renda das famílias e auxiliar na fixação de homens e de mulheres no espaço amazônico, evitando que seus filhos migrem para os centros urbanos da região, em busca de trabalho e de uma nova vida;
- Diferenciação dos produtos - Existe uma iniciativa, por parte do governo federal, para a criação dos Selos Verde e Amazônia, ambos em fase de tramitação<sup>14</sup>, como formas de identificar, de proteger, de diferenciar e de qualificar os produtos locais, destinados a prover indicações geográficas e marcas coletivas aos produtos locais, o que possibilitará que estes acessem mercados, que reconheçam seu valor, internalizando renda e emancipação social nos territórios;
- Corresponsabilidade para combater o desmatamento e a pobreza - Estudo recente da *Amazon Watch*<sup>15</sup> mostra que a *BlackRock*, maior gestora de fundos do mundo, é acionista de um conjunto de empresas que atua na região, ou seja, financia (in)diretamente empresas que tem fontes de receitas e de sustentação na fronteira de recurso, assim não há como combater o desmatamento na Amazônia, sem enxergar o

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/pais-tera-selo-verde-e-selo-amazonia-para-valorizar-produtos-sustentaveis>>. Acesso em: 05 out. 2024.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://amazonwatch.org/pt/news/2019/1031-blackrocks-ghoulish-lack-of-action-for-the-amazon>>. Acesso em: 05 out. 2024.

problema na sua complexidade. Os grandes capitais e os governos mundiais estão envolvidos (in)diretamente no desmatamento e nos problemas dele decorrentes, tanto do ponto de vista ambiental quanto do social, na medida em que pobreza e desmatamento estão interligados;

- Fomento à pesquisa - Não há como pensar um modelo de desenvolvimento em prol da floresta e dos amazônidas, se não se conhece efetivamente a região, e, em termos de conhecimento científico, estamos muito longe de conhecer a região, em sua abrangência e em sua complexidade. Tem-se muito conhecimento da “parte de copa de árvore”, por meio de sensoriamentos remotos, mas a Ciência conhece pouco sobre a dimensão humana local, então é preciso avançar muito neste tipo de pesquisa.

Esses são desafios e caminhos que poderão orientar uma nova caminhada. Para finalizar, retoma-se Porto-Gonçalves (2017), que menciona a precisão de ouvir as vozes das florestas, ao invés de evocar a expressão “dar a voz”, recorrente em muitos trabalhos da academia, pois ouvir as “vozes da floresta” remete às ideias de escuta ativa e de construção de oportunidades reais para todos.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Edições Terceira Via, 2019.

BARROS, M. J. B. Dinâmica dos portos graneleiros da soja na Amazônia brasileira: o caso de Santarém e Itaituba. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 44, n. 1, 2024. DOI: 10.5216/bgg.v44i1.66834. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/66834>. Acesso em: 5 set. 2024.

\_\_\_\_\_; CANTO, L. O. C.; LAURENT, F.; COELHO, A. S. Fronteira agrícola e conflitos territoriais nas Amazôniaas Brasileiras: a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil. **Ciência Geográfica [on-line]**, v. 24, n. 2, p. 893-911, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12759>. Acesso em: 05 jul. 2024.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. [S. l.]: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

\_\_\_\_\_; STENNER, C. **Um futuro para a Amazônia**. [S. l.]: Oficina de Textos, 2008.

COSTA, F. A.; CIASCA, B. S.; CASTRO, E. C. C.; BARREIROS, R. M. M.; FOLHES, R. T.; BERGAMINI, L. L.; SOLYNO SOBRINHO, S. A.; CRUZ, A.; COSTA, J. A.; SIMÕES, J.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, H. M. **Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará**. Brasília: TNC Brasil; BID; Natura, 2021.

DA CRUZ, B. E. V. **Indicação Geográfica Queijo Do Marajó**: potenciais, limites e desafios para uma estratégia de desenvolvimento. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Produção Agrícola Municipal – Tabela 1612 – Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida de lavouras temporárias**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 5 set. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. [S. l.]: Consequência, 2017.

SANTOS, D.; LIMA, M.; WILM, M.; SEIFER, P.; VERÍSSIMO, B. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2023**. Belém: Imazon, 2023.